

Sobre o dever do patinho feio e os processos de iniciação acadêmica no âmbito da graduação em Segurança Pública e Social da UFF na modalidade EAD¹

Marcos Veríssimo²
HullyGuedes³
Johana Pardo⁴
Betânia Almeida⁵

Resumo

Esta é uma proposta coletiva do Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da UFF (LABIAC), que faz parte do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Nosso trabalho é desenvolvido junto a estudantes e tutores do Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF, graduação ofertada na modalidade à distância por meio do Consórcio CEDERJ-CECIERJ. Nosso objetivo é, a partir de interlocução com os operadores das instituições do sistema de segurança (estudantes do curso), obtida por meio dos Grupos de Estudo em Segurança Pública (GESPs), de cuja organização fazemos parte, propor uma reflexão sobre a situação de exceção, vivenciada até mesmo do ponto de vista dos policiais mais experimentados, de incorporar a ação coercitiva do estado em tempos de pandemia. O debate estabelecido no campo nos levou a pensar representações sobre as corporações empregadas nas ações de manutenção da ordem pública e sobre processos educativos à distância. A metodologia adotada é a descrição etnográfica e o uso de questionários aplicados por meio do Google Forms através do WhatsApp.

Palavras-chave: Pandemia; Corporações; Educação à Distância; Segurança Pública.

Abstract

This is a collective proposal from the *Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública*, at UFF (LABIAC), which is part of the *Instituto de Estudos*

¹ Uma versão preliminar do presente artigo foi apresentado no VIII Seminário Internacional do INCT-InEAC, em junho de 2021. Agradecemos a interlocução que encontramos, naquela ocasião, com os colegas do Laboratório de Estudos sobre Conflito, Cidadania e Segurança Pública (LAESP), coordenado pelo nosso colega, professor Lenin Pires.

² Doutor em Antropologia pela UFF. Professor da SEEDUC-RJ. Pesquisador associado ao INCT-InEAC e ao LABIAC.

³ Doutora em Antropologia pela UFF. Pesquisadora de Pós-Doutorado (Laces/Icict/Fiocruz-CNPq). Tutora no curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF (CEDERJ-CECIERJ). Pesquisadora associada ao INCT-InEAC e ao LABIAC.

⁴ Doutora em Ciências Sociais pela UERJ. Tutora no curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF (CEDERJ-CECIERJ). Pesquisadora associada ao LABIAC.

⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Tutora no curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF (CEDERJ-CECIERJ). Pesquisadora associada ao INCT-InEAC e ao LABIAC.

Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC). Our work is developed between students and tutors of the *Tecnólogo em Segurança Pública e Social*, at UFF, a degree offered in the distance modality teaching in CEDERJ-CECERJ Consortium. Our objective is, through dialogue with the operators of the institutions of the security system (students of the course), obtained through the Grupos de Estudo em Segurança Pública (GESPs), of whose organization we are part, to propose a reflection on the exceptional situation, experienced even from the point of view of the most experienced police officers, of incorporating the coercive action of the state in pandemic times. The debate established in the field led us to think about representations about police corporations and about distance education teaching processes. The methodology adopted is the ethnographic description and the use of questionnaires applied through WhatsApp.

Keywords

Pandemic; Corporations; Distance Learning; PublicSafety

Introdução

“*Se a PM é o ‘pato’, a Guarda Municipal é o que?*”, perguntara o estudante matriculado no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), graduação à distância (EAD) oferecida pela via do consórcio CEDERJ-CECERJ. O contexto no qual a pergunta se originou foi uma palestra promovida pelo Laboratório de Iniciação Acadêmica em Segurança Pública da UFF (LABIAC) que, por conta de estarmos em plena pandemia de COVID-19, acontecia por intermédio da ferramenta Google Meet. Como depois pudemos apurar, o estudante que fizera a pergunta era agente de uma Guarda Municipal em uma cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Todos os estudantes do *Tecnólogo*⁶ trabalham em alguma corporação ou instituição que compõe o chamado *Sistema de Segurança Pública* (policiais militares e civis, guardas municipais, membros das Forças Armadas, agentes do aparato penal).

⁶ Para evitar que as frases fiquem demasiadamente longas, e para facilitar fluidez da escrita e da leitura, vamos nos referir a partir daqui ao curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF usando apenas *Tecnólogo*, iniciando com maiúscula e grifado pelo itálico.

O Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, em consonância com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, é destinado exclusivamente para “profissionais da carreira de segurança pública” para atuação nas funções de gestão, planejamento, avaliação e execução de políticas públicas, envolvendo os processos institucionais de administração de conflitos, da violência e da criminalidade (...) em consonância com os princípios de um Estado Democrático de Direito. (MACHADO: 2020, pp. 79-80)

O LABIAC, por sua vez, é vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), e naquele dia, como em tantas outras ocasiões, atuava no sentido de produzir uma agenda acadêmica intensa e diversa no *Tecnólogo*, procurando favorecer assim a socialização universitária dos estudantes e tutores do curso. Este trabalho é feito através da promoção dos Grupos de Estudo em Segurança Pública (GESP), que consiste na reunião dos pesquisadores do LABIAC com estudantes e tutores ligados ao *Tecnólogo* em diferentes polos regionais do CEDERJ-CECIERJ nos quais há a oferta deste curso. O objetivo de nos reunirmos é realizar reuniões regulares para discussão de textos, e também organizar palestras, mesas redondas, lançamentos de livros etc.. Antes da pandemia estas atividades eram presenciais.

O palestrante virtual daquele dia, por sua vez, era Robson Rodrigues, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, e que também é coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Nos tempos em que esteve nos quadros da ativa na corporação, chegou a comandar o seu Estado Maior. Em sua dissertação de mestrado, Rodrigues descreveu e interpretou os ritos de formação de grande parte dos recursos humanos na PM a partir de interações e compartilhamentos com outros policiais em um local definido: a Academia de Polícia Militar D. João VI, no bairro de Sulacap, cidade do Rio de Janeiro. Esta é a escola de formação de oficiais da corporação. A Polícia Militar não tem uma entrada única para os seus quadros. O ingressante pode ir pela via dos praças (graduações militares do recruta ao suboficial), ou pela via dos oficiais (que vai de aspirante a coronel).

Este trabalho de Rodrigues foi publicado em livro, pela Editora da UFF (RODRIGUES, 2011). Na semana que antecedeu a palestra, cópias de parte do livro foram disponibilizadas e compartilhadas com os tutores e estudantes que participam de nosso projeto. Várias pessoas chegaram para o encontro, que ocorreu em um sábado à tarde no final de setembro de 2020, com a leitura de parte do livro feita. Logo na

introdução, Rodrigues apresenta ao leitor uma narrativa endógena aos quartéis da corporação policial militar do Rio de Janeiro. Uma narrativa estruturada como fábula, e de natureza contrastiva, que o autor define como *“teoria nativa”*. Expressa uma visão de mundo que é narrada com jocosidade e resignação, a partir da comparação das estruturas e representações que envolvem a PM com as estruturas e representações nas quais estão envolvidas outras corporações militares.

A fábula é a seguinte: cada uma das três Forças Armadas (e também a PM) pode ser representada, uma vez enquadrada por suas características marcantes, por uma espécie do Reino Animal. Desse modo, o Exército Brasileiro, força que atua no solo com infantaria, artilharia, cavalaria e tanques, ficaria bem representado pelo guepardo, uma maravilha evolutiva para a caça no solo, o que o torna um predador super eficiente, reunindo faro, velocidade, agilidade e poder de destruição. O Exército é o guepardo. Seguindo o mesmo raciocínio, a Marinha do Brasil não poderia deixar de ser representada pelo maior predador dos mares, um caçador nato e altamente destrutivo. Evidentemente que, neste caso, nos referimos ao tubarão. A Marinha é o tubarão. Enquanto isso, tomando conta dos ares, a pomposa Força Aérea, é a águia.

E a PM? É, como Exército, Marinha e Aeronáutica, uma corporação militar. Aliás, seu efetivo configura força de reserva do Exército. Além de a PM ser uma força armada e militarmente estruturada, está encarregada de patrulhar o solo e, quando acionada, preservar a chamada *“ordem pública”*. Não tem tanques de guerra, mas possui veículos blindados. Seria, portanto, um animal terrestre como o guepardo? Talvez, mas com seu Grupamento Aeromarítimo, bem provido de lanchas e helicópteros, permite que sua atuação possa se materializar também nos ares e nos mares. Embora lanchas e helicópteros não estejam no mesmo patamar bélico e tecnológico que caças, submarinos e fragatas. Por isso, segundo a narrativa, a PM só pode ser representada por um animal como o pato, que anda no solo de maneira desengonçada, tem asas, mas seu vôo é limitado, e além disso, se movimenta tranquilamente na água, de modo que nunca morrerá afogado, mas está longe de se destacar como um grande predador dos ambientes lacustres. A Polícia Militar é o pato.

Esta *“teoria nativa”* em forma de fábula jocosa foi detalhadamente narrada para Rodrigues por um oficial superior da Academia de Polícia Militar D. João VI. Conforme a transcrição do autor, o narrador conclui da seguinte maneira: *“(...) Então, senhores, a PM é esse pato, que nada, corre e voa, mas nada mal, voa mal e corre pior*

ainda. Ainda por cima, faz cagada por onde passa... E somos nós que pagamos esse 'pato' " (apud. RODRIGUES: 2011, p.31). Ao expressar a maneira como os integrantes da PM se auto representam e representam a corporação da qual fazem parte, foi utilizada como uma chave interpretativa para o estudo dos ritos que compõem a formação dos oficiais da Polícia Militar. A apresentação da fábula, logo no primeiro capítulo, é um dos momentos marcantes do livro.

Sendo assim, foi justamente no momento no qual Rodrigues falava desta *"teoria nativa"* posta sob análise no referido trabalho, que o estudante (que trabalha na GM) escreveu no *chat* daquela videochamada a já aludida pergunta: *"Se a PM é o 'pato', a Guarda Municipal é o que?"*. Embora as Guardas Municipais no Brasil tenham ganhado muito em importância desde a vigência da Constituição de 1988, com aportes materiais oriundos do poder público, e que isso faça parte do entendimento segundo o qual os municípios devem ser protagonistas nas políticas públicas de segurança, até o presente momento as guardas municipais no Brasil ainda se encontram relativamente sob a esfera de influência de oficiais das polícias militares. A pergunta do estudante no *chat* tinha esta configuração como pano de fundo.

"Cisne branco", respondeu nosso palestrante, após alguns minutos. Ali, como também faz no livro, constrói uma relação entre o pato da *"teoria nativa"* policial militar e outra fábula, onde os patos também figuram como personagens marcantes da estória. Clássico da Literatura Infantil, mas com uma moral que atravessa faixas etárias e culturas de classe, o conto *"O Patinho Feio"*, do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875), relata a saga de um cisne acidentalmente chocado em um ninho de patos. Sua flagrante diferença, em associação com a incapacidade de seus irmãos em lidar de forma não hostil com os diferentes, torna o ambiente doméstico para ele insuportável. Supondo ser pato, não se encaixa nos padrões estéticos e comportamentais dos patos, e isso causa nele uma crise existencial. Acontece que com o tempo, o patinho feio cresceu, e só quando se tornou adulto é que se pode perceber que ele nunca foi pato, sempre fora um cisne.

(...) Somos também o patinho feio quando olhados com desconfiança tanto por policiais quanto por militares. Pelos primeiros, por não possuímos o chamado "ciclo [policial] completo", o que não nos permitiria realizar o trabalho policial até o seu final, quando os criminosos presos são levados às barras da justiça, já que a investigação não faria parte de nossa atribuição constitucional. Além do mais, "tiras" veem policiais militares como "milicos" de movimentos rígidos e inteligência curta. Pelos segundos, porque

para os militares genuínos somos uma instituição militar de segunda categoria, primeiramente por não estarmos diretamente ligados ao poder nacional, depois, por não sabermos praticar ritos militares com a mesma desenvoltura que eles os promovem e, por último, por sermos uma tropa “largada” que frequenta o submundo poluído do “paisano”, de onde adquirimos posturas impuras (RODRIGUES: 2011, pp. 32-33).

Não obstante, a lógica da evocação da moral da estória do patinho feio sempre aposta, de alguma maneira, no devir, no desejo teleológico de se tornar cisne. “*Cisne branco*”, disse Rodrigues, sendo que, como se sabe, é o cisne negro, o mais raro, o mais especial. Talvez aqui não se trate de ser mais ou menos especial, e sim de encarar a situação vivida como desfavorável (como a do patinho feio), mas na qual é lícito pensar em dias melhores, realidades melhores (tempos de cisne branco). Para os PMs, talvez a realidade de cisne devesse se materializar no ciclo policial completo, como salienta Rodrigues. Já para os agentes das Guardas Municipais do estado do Rio de Janeiro, o porte de arma para o exercício do serviço, que a grande maioria não possui legalmente e que passou a ser intensa e publicamente reivindicado nos últimos anos, é que parece configurar, para a maioria, o objeto de desejo. Desejo de existência de cisne.

A Pandemia

Na semana que culminou na sexta-feira 13 de março de 2020, os sinais sinistros da ameaça invisível do SARS-COV-2 (vírus disparador do processo infeccioso que configura a COVID-19) já estavam no ar, em todos os noticiários, mas a vida ainda transcorria normalmente na cidade de Niterói, onde fica a sede da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nós, que compomos o LABIAC, estávamos, como sempre, empenhados nas atividades de socialização acadêmica realizadas junto a estudantes e mediadores do curso de *Tecnólogo*. Por isso havíamos marcado um lançamento de livro (MAIA; FILPO; VERISSIMO: 2019) para sábado, 14 de março, como atividade do Grupo de Estudo em Segurança Pública de Rio Bonito, em articulação com a semana acadêmica organizada pelo polo regional daquela cidade.

Mas naquela semana, compromissos e eventos foram sendo cancelados um a um, e na quarta-feira, dia 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que o mundo vivia uma pandemia, o que gerou uma série de consequências ao redor do

globo, construídas e vividas a partir de condicionantes e sensibilidades locais (GEERTZ, 2003). Não precisamos dizer que o lançamento do livro teve que ser cancelado, e não só. A gravidade da situação sanitária impunha medidas bastante restritivas para a realização de um amplo arco de atividades sociais, impactando direta e radicalmente no campo das práticas educacionais.

Nos meses que se seguiram, adaptamos nossa forma de trabalhar, até então predominantemente marcada pelos encontros presenciais promovidos nos polos regionais, para reuniões mediadas por ferramentas tecnológicas para uso da internet em encontros não presenciais. Foi nesse momento que estar em um curso na modalidade EAD se configurou como uma relativa vantagem. Estamos perfeitamente cientes de que o ensino remoto adotado por escolas, faculdades e universidades para lidar com o desafio de manter as práticas educativas com as restrições impostas pela quarentena não é Ensino à Distância, mas é então denominado como “ensino remoto emergencial”. O EAD já conta, não só com a estrutura para oferecer conteúdos e oportunidades de aprendizagem à distância, mas também com uma filosofia reflexiva sobre este complexo processo envolvendo professores, tutores, estudantes e outros profissionais da educação. Enquanto os cursos presenciais da UFF ficaram por meses parados, os na modalidade EAD seguiram ocorrendo, não normalmente, mas sem descontinuidades.

Ao reinventarmos nossas práticas de trabalho, tivemos também a oportunidade de observar um sofisticado processo coletivo de adaptação a um contexto altamente desfavorável, tanto à produção do conhecimento quanto à socialização acadêmica. Estudantes vinculados profissionalmente a corporações representadas como *patinhos feios* em um curso na modalidade EAD, também uma espécie de patinho feio, até então, das políticas educacionais no Brasil, começam a vislumbrar de alguma forma o devir do patinho feio, na forma da metamorfose do cisne. Isso em processo capitaneado por nós do LABIAC, grupo de pesquisa formado predominantemente por jovens doutores e doutorandos em uma época de refluxo nas políticas de aproveitamento profissional dos quadros formados pela universidade nos últimos anos.

Em outubro de 2020, apresentamos algumas reflexões neste sentido, na Jornada Acadêmica do CEDERJ, na palestra coletiva intitulada “*De patinho feio a cisne: A experiência do curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social e o processo de aprendizagem em tempos de pandemia*”. A incorporação da moral da fábula a nossas reflexões não era uma coisa fortuita. Àquela altura, já tínhamos a experiência de quase

um ano inteiro trabalhando sob aquelas condições desfavoráveis e obtendo resultados muito satisfatórios em termos de adesão dos estudantes a nossa proposta de socialização acadêmica. Por acontecerem à distância, mediadas por tecnologias e internet, nossas reuniões ensejaram a criação de GESPs em polos mais distantes, incluindo alguns do interior do estado do Rio de Janeiro, onde dificilmente poderíamos manter atividades regulares de estudo e pesquisa. Estávamos claramente atingindo um público mais amplo.

Na entrevista que concedeu no primeiro número da *Revista Campo Minado: estudos acadêmicos em Segurança Pública*, o cientista político Pedro Heitor Barros Geraldo, professor do Departamento de Segurança Pública da UFF e que foi o responsável por coordenar o *Tecnólogo* na época de sua implementação, em 2014, e em seus primeiros anos de existência, chamou atenção para o caráter resiliente da implementação da política pedagógica do curso. Não por acaso, uma vez que pode-se dizer que o mesmo fora forjado até aqui ao longo de duras adversidades.

(...) A gente tem que aproveitar esse momento pra mostrar que nós não paramos de fazer o nosso trabalho. Sob todas as tempestades, sob todas as adversidades a gente continuou fazendo o trabalho no ensino a distância. A gente passou por várias greves longas. Greves de professores, crise financeira e o curso de tecnólogo não parou. Agora estamos passando por uma pandemia e o curso não parou. Então quer dizer, tem alguma coisa que ele está fazendo que é muito relevante e muito notável que a gente não pode deixar de reconhecer nesse momento e pensar nos potenciais dela. (GERALDO: 2021, pp. 316-317)

Além disso, o *Tecnólogo* tem sido avaliado ao longo destes anos também por trabalhos acadêmicos de maior ou menor fôlego. Seja na forma de tese de doutorado (ARAGON, 2018), dissertação de mestrado (FERREIRA, 2019), monografias de conclusão de curso (FERNANDES, 2016; NEVES, 2016; SOUZA, 2017), artigo (MOREIRA: 2021) ou *papers* (VERISSIMO, 2015; GERALDO; KANT DE LIMA, 2015).

Grupos de estudo como espaço de escuta

A seguir, tentaremos descrever os contrastes entre a organização de reuniões presenciais e as mudanças acontecidas no formato remoto, na busca do entendimento

sobre o processo pelo qual o “patinho feio” do sistema educacional em tempos de pandemia tornar-se, então, desejado e usado como referência para a manutenção das atividades didáticas em diferentes espaços pedagógicos. Com a intenção de focar na discrepância entre a forma como planejamos as atividades e a forma que passou a ocorrer, como enfatizamos, nos encontros com os alunos, é importante estarmos atentos às práticas e não ao dever ser, para, então, nos debruçarmos sobre as interpretações que os “nativos” fazem de suas ações e práticas. Desse modo, como há muito se pratica na antropologia, talvez possamos tecer algumas considerações pertinentes sobre porque “um povo faz aquilo que faz” (GEERTZ, 2013, p.10).

A partir de 2018, quando o LABIAC surgiu, com intuito de levar a socialização acadêmica e científica ao *Tecnólogo*, processo comum no ensino presencial, experimentamos especificamente três formatos de reunião. O primeiro diz respeito à *discussão de artigo*, que consiste numa proposta de leitura para realizar um debate a partir das impressões e provocações produzidas pela leitura. Neste formato, o objetivo é ressaltar os aspectos metodológicos do artigo, com a intenção de exemplificar o processo de escrita e fomentar assim a produção textual por parte dos alunos e tutores do curso, para possivelmente submeter o texto, produto da reflexão, a congressos, encontros e revistas científicas. Atualmente, estimulamos a submissão também à Revista Campo Minado. Esta revista, como se sabe, é um periódico elaborado e organizado pelo LABIAC, cuja primeira edição foi lançada em abril de 2021, e tem como uma de suas diretrizes editoriais publicar artigos que são fruto de pesquisas desenvolvidas por alunos que integram o referido curso, e conseqüentemente, o GESP.

No GESP, ainda no contexto pré-pandêmico, a partir dos textos então sugeridos para discussão, estimulamos a observação da forma pela qual os autores dos respectivos artigos realizaram a construção do objeto da pesquisa. Através do distanciamento metodológico do cotidiano, ressaltando estes movimentos como necessários para a realização das análises de práticas sociais naturalizadas. De tal forma, era comum chamar a atenção sobre o lugar de trabalho que cada um dos alunos desempenhava, como agentes de segurança pública, o que consideramos ser uma posição privilegiada para a observação e descrição dos conflitos e práticas ligadas ao campo da Segurança Pública. Uma frase que circulava no grupo era “*vocês já estão no campo*”, o que funcionava como uma forma de encorajá-los para a prática da pesquisa, a partir de suas práticas cotidianas. Além de sugerirmos a leitura de trabalhos dentro desta temática da

segurança pública, as inquietações surgidas nas discussões sobre o exercício como agentes laborais desse campo também guiavam, e ainda guiam, a escolha dos temas que, eventualmente, queiram desenvolver.

O segundo formato, já exemplificado anteriormente, *palestra*, consistia em convidar um pesquisador para relatar o processo de construção de um de seus artigos ou livros, para depois suscitar uma discussão em torno do texto. Geralmente esse formato é realizado, sobretudo, ao iniciar e finalizar o período letivo, como uma forma ritualística de demarcar as passagens de um semestre a outro.

Já o terceiro formato, *a produção textual*, foi praticado, sobretudo, durante as primeiras reuniões, e consistia na prática de escrita guiada, a partir dos seguintes movimentos: síntese, análise e problematização. Na síntese, todos os participantes da reunião devem escolher três pontos do livro ou artigo proposto, nomear cada um e realizar uma breve explicação. Após esse exercício, analisam em detalhe cada um dos pontos destacados, nos quais se explicitam as estratégias realizadas pelos autores para desenvolvê-los. Desta forma, se deve explicar as estratégias que o autor aplicou para elaborar seu texto: se exemplificou, usou conceitos, se sim, quais foram, se utilizou referências de autoridade, paradoxos, ironias, entre outras possibilidades. O último movimento, a problematização, no qual se intenta realizar maior distanciamento do texto, visto que pode trazer elementos fora dele que permitam contrastar e comparar seus pontos com suas experiências ou com outras leituras. Para finalizar, devíamos elaborar questionamentos não retóricos, ou seja, perguntas que não tivessem respostas, indagações que permitissem problematizar os conteúdos detalhados na análise. A partir desta estratégia, tentávamos estimular a elaboração de novos problemas de pesquisa e, conseqüentemente, novos trabalhos.

O modo como os alunos reagem aos diferentes formatos de reunião, muitas das vezes, não coincidem com os objetivos propostos. Sendo assim, era comum que os alunos utilizassem seu turno de fala para desabafar sobre aquilo que consideravam problemas e injustiças vivenciados por eles nas corporações das quais participavam. Havia intervenções que duravam longos períodos. Com frequência, isso acontecia, no formato de discussão de artigo que era o mais comum, de forma que, a proposta inicial de discussão parecia se desvanecer e a reunião se tornava um espaço de escuta dos diferentes dramas vivenciados pelos alunos. Assim os pesquisadores do LABIAC tiveram a oportunidade de exercitar a escuta, uma vez que os problemas

trazidos - incluindo questões relativas à saúde mental dos agentes - não eram irrelevantes.

Com a pandemia, adaptamos os formatos de reunião presencial aos encontros remotos realizados pela plataforma *meet*, em especial, os formatos de palestras e discussão de artigos, o que nos possibilitou realizar encontros síncronos em lugares mais distantes, como os polos de Três Rios e Resende, onde presencialmente poderíamos só realizar no máximo três reuniões por período. Sendo assim, o modelo remoto permitiu implementar as reuniões em todos os polos do Tecnólogo. Embora tenhamos observado que a presença de tutores e alunos nas atividades tenha aumentado, os turnos e o tempo de fala dos alunos diminuiu consideravelmente durante o período remoto. As razões parecem ser variadas, algumas por problemas técnicos, outras pelo contexto ambiental, eventualmente familiar, dos participantes, que não raro os impedia de falar no momento das reuniões remotas.

Não obstante, uma das razões que mais nos interpelou foi o fato dos alunos participarem dos encontros síncronos ao mesmo tempo em que desempenhavam sua jornada de trabalho nos respectivos postos de serviço: delegacias, batalhões, viatura etc.. Isso nos fazia pensar numa possibilidade bastante verossímil, que nos era confirmada em algumas ocasiões: o policial militar ou guarda municipal, investido de sua farda numa viatura, discutindo, ou pelo menos escutando as discussões, sobre o texto clássico da antropologia brasileira “Sabe com quem está falando?” de Roberto DaMatta (1997). Esta imagem inusitada que, antes da pandemia do COVID-19 e da subsequente revolução nas interações cotidianas, era impensável, nos fazia refletir sobre os efeitos que poderiam ter essas discussões nos trabalhos policiais. Assim, nos fazia especular sobre como a universidade parece estar contribuindo na conscientização progressiva das forças policiais que patrulham o cotidiano das cidades fluminenses. Contudo, ante essas imagens ainda idealizadas, não temos muito esclarecido, como as ferramentas de reflexão e discussão oferecidas no curso e nos trabalhos realizados pelo LABIAC têm influenciado na forma de lidar com a resolução de conflitos por parte dos egressos do curso no exercício de suas funções como agente.

As dificuldades do trabalho em Segurança Pública durante a pandemia

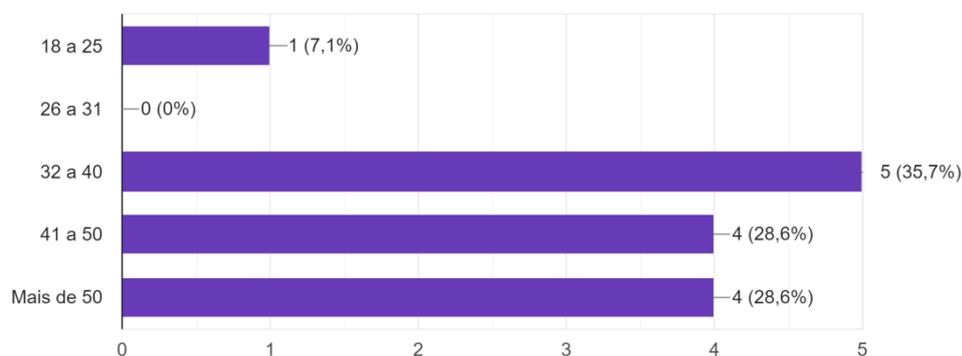
Até o momento vimos que o ensino semi-presencial ou à distância ganhou maior atenção durante a pandemia, e isso fez com que muitos educadores o tomassem como referência. Principalmente no que tange à organização, o CEDERJ. Os agentes de segurança pública, alunos do *Tecnólogo*, devido à particularidade de sua atividade laboral, enfrentaram distintas dificuldades no acesso às atividades do curso e também na atuação profissional. Dificuldades estas também descritas e relatadas nos encontros do GESP, uma vez que, dado à natureza de seu trabalho, a categoria em que são enquadrados não foi suspensa das atividades presenciais. Pelo contrário, houve uma demanda maior pela sua presença nas ruas em algumas situações. Além disso, esses profissionais atuam no que se convencionou chamar de “linha de frente”, isto é, a atividade laboral que envolve contato com o público e, conseqüentemente, tem maior possibilidade de se contaminar com o coronavírus, além de prestarem um tipo de serviço tido como “essencial”.

Diante dos problemas evidenciados durante os encontros remotos, elaboramos um pequeno questionário para sondar como esses agentes vivenciam a pandemia, quais seus efeitos na vida enquanto estudante e trabalhador, quais mudanças mais significativas foram percebidas e como foi participar do GESP até o momento. O questionário também possuía perguntas relacionadas ao tempo de atuação e idade, para então termos melhores condições de entender quem são esses participantes do GESP.

Nesse sentido, 42% têm entre 32 e 40 anos, aproximadamente 26% têm entre 41 e 50 anos, igualmente, 26% têm mais de 50 anos, como pode ser visto na tabela abaixo:

Quantos anos você tem?

14 respostas



Um ponto interessante e que merece nossa atenção é que a adesão para responder ao questionário foi pequena, e esse dado já é elucidativo do quanto tem sido

difícil para os alunos se dedicarem às atividades do curso, tal como prova, trabalhos e etc. Muitos coordenadores de disciplina relatam que, durante a pandemia, a quantidade de provas e atividades realizadas diminuíram significativamente. No total, 14 alunos responderam, oito respondentes são da Polícia Militar, enquanto três afirmam trabalhar em Guardas Municipais. Completando, havia um da Força Aérea Brasileira, um da Marinha do Brasil e um Agente Penitenciário.

As percepções de mudança decorrentes da atuação na pandemia foram variadas, mas vale enfatizar alguns relatos, pois vão ao encontro daquilo que tem sido explicitado nos encontros do GESP, que é o “medo da morte”, o receio de contaminar familiares, e o esgotamento mental. Uma Nota Técnica produzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) afirma que a percepção de impacto na saúde física e mental em decorrência do vírus entre esses profissionais foi intensa em diferentes lugares do mundo. Em Nova Iorque (EUA), por exemplo, ainda em abril de 2020, 20% do efetivo estava em licença médica devido à COVID-19 (FGV e FBSP, 2020).

Nesta pesquisa da FGV, notou-se ainda a falta de treinamento e disponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para o exercício do trabalho, fato este também relatado em nosso questionário, bem como nos GESPs, pelos estudantes do *Tecnólogo*. Ao não disponibilizar os materiais para proteção, a corporação de Segurança Pública acaba reforçando o sentimento de desconsideração (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002) para com os homens e mulheres que os compõem.

Diversas desconstruções sobre o vírus, culminando em uma não aceitação social do fechamento comercial e o isolamento, onde mesmo com a certeza do poder de destruição do vírus, nós agentes tivemos que tomar atitudes para manter a ordem pública, *colocando em risco nossa vida* e de nossos familiares, sem mesmo ter a proteção essencial... Como efeitos, um retrocesso jurisdicional, pois, dentro do colapso mantivemos na *linha de frente* e nada nos foi ofertado, nem uma ajuda assistencial para os familiares, diversos perderam a vida por tentar *combater que outras pessoas disseminassem* o vírus (PM, idade entre 32-40 anos. Grifos nossos).

Outro estudante do *Tecnólogo* afirma que aquilo que o preocupa é, “*a princípio o medo de morrer, vários efeitos principalmente no controle de aglomerações*” (PM, idade: mais de 50 anos). O risco integra e conforma o próprio fazer policial, pois envolve o trabalho na rua, o “*combate*” e o contato direto com outros indivíduos (SOUZA & MINAYO, 2005; BARRETO, 2021). Acrescenta-se a esse risco do trabalho

cotidiano, o risco de se infectar com o coronavírus, potencializando, assim, o medo da morte. O vírus coloca em “risco a vida”, e estar na “linha de frente” aumenta ainda mais essa percepção de insegurança e desconsideração, pois é o operador na ponta do sistema quem é chamado para controlar aglomerações na pandemia. Neste tipo de atuação ainda há o risco do embate, já que muitas vezes se trata de eventos ou atividades irregulares segundo os protocolos estabelecidos pelas medidas sanitárias de controle da pandemia. Outro ponto explicitado nessa fala é a reprodução da ideia de combate para lidar com o vírus, onde a gramática militar do combate a um inimigo acaba ressoando forte.

A “linha de frente” também gera efeitos na saúde mental dos nossos interlocutores, que pode ser causada pelo fato de estarem mais suscetíveis à infecção. Soma-se a esse processo, o desgaste próprio do trabalho em segurança pública. Esses efeitos também são levados ao GESP e foram ressaltados no questionário aplicado. Seguem algumas afirmações:

Maior cuidado na higiene, conscientização da saúde física mental e psicológica da polícia, dar mais resultados na minha sessão de educação física para saúde dos Policiais (PM, idade entre 32-40 anos).

As mudanças foram basicamente aumentaram as atribuições e as áreas de atuações. Os efeitos psicológicos da pandemia afetaram diversos agentes (PM, idade entre 34-40 anos).

Nota-se, portanto, que são diferentes fatores que influenciam no sentimento de desconsideração e a sensação de ser autorepresentado como “*patinho feio*”. Mas, também reconheceram o diferencial que é ser estudante de EaD: “*aulas online totalmente, achei até bom esse momento virtual*” ou:

a pandemia me mostrou que o estudo e a formação on-line é uma grande tendência para o futuro. Antigamente eu achava que estudar on-line era coisa de doido, hoje em dia eu vejo como a melhor coisa que criaram, pois com disciplina consegue ser até melhor que estudar presencial. Basta ter disciplina, esse é o “segredo” (Fuzileiro Naval, idade entre 18-25 anos).

Conclusão

Seja qual for a melhora almejada pelos membros das corporações, na medida em que seja efetivamente direcionada para a construção de uma proposta de segurança pública mais em conformidade com algum respeito aos direitos individuais e civis de

todos e todas e de uma ordem cidadã que não seja apenas o privilégio de alguns e algumas, toda a sociedade só tem a ganhar. Portanto deve apoiar. Nós do LABIAC estamos acostumados a conviver com estas e outras discussões nos grupos de estudos que temos promovidos nos polos regionais do CEDERJ e nos contextos universitários. Policiais militares e guardas municipais são a grande maioria no corpo discente do *Tecnólogo*.

Sendo assim, a identidade de patinho feio a qual grande parte dos estudantes do curso aderem (com ou sem jocosidade, com maior ou menor nível de ressentimento), se soma a todo tipo de preconceito em relação à educação à distância (EAD), representada por muitos no meio acadêmico como uma espécie de “*primo pobre*” da universidade. Somam-se aí, também, questões estruturais. Por isso percebemos que este relato de nossos trabalhos nos GESPs, e seus efeitos durante a pandemia é uma oportunidade de discutir também o dever do patinho feio.

Referências Bibliográficas

ARAGON, Luiza A. A memória que não leva à justiça: uma etnografia das moralidades e dos discursos presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, PPGA/Universidade Federal Fluminense, 2018.

BARRETO, Fabiano. Mesmo com o sacrifício da própria vida! O significado da morte para o policial militar. Revista Campo Minado nº 1. Niterói. p. 212-248 1º semest. 2021.

CARDOSO de OLIVEIRA, Luís Roberto. . *Direito Legal e Insulto Moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro:RelumeDumará, 2002.

MATTA, Roberto da; BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Individuo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

FERNANDES, Nivea. De policial à estudante: uma análise do processo de socialização dos alunos na universidade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FERREIRA, Erika G. Na faculdade a gente aprende a pensar. Uma análise da socialização acadêmica dos alunos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e

Social da UFF. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2019.

LOTTA, Gabriela. SOBRAL, Isabela. CORRÊA, Marcela. ALCADIPANI, Rafael. A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros. Nota Técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação Getúlio Vargas, 2020.

GEERTZ, Clifford. O Saber Local. Petrópolis: Vozes, 2003.

GERALDO, Pedro H. B.. Entrevista. Niterói, Revista Campo Minado: estudos acadêmicos em Segurança Pública. Número 1, 1º. Semestre de 2021.

GERALDO, Pedro. H. B. e KANT DE LIMA, Roberto. Conflitos em formação: A experiência da convivência civil-militar no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública a distância da Universidade Federal Fluminense. In: GT01 “Administração de conflitos em perspectiva comparada” 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, MG: Outubro, 2015.

MAIA, Boris; FILPO, Klever; VERÍSSIMO, Marcos (orgs.). Administração de Conflitos no Espaço Escolar: estudos interdisciplinares. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

NEVES, Dylla. Hierarquia e disciplina: análise da relação de ensino-aprendizagem no curso de tecnólogo em segurança pública e social.. Trabalho de Conclusão de Curso (Segurança Pública) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RODRIGUES, Robson. Entre a caserna e a rua: o dilema do pato – uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói: EDUFF, 2011.

SOUZA, Nathaly. “O Lugar da Arma”: Uma reflexão sobre a presença da Polícia Militar na Universidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Segurança Pública) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

Souza, E. R., & Minayo, M. C. S. (2005). Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(10), 917-928. doi: 10.1590/s1413-81232005000400015

VERÍSSIMO, Marcos. O medo de errar e o *ethos* da Polícia Militar no Rio de Janeiro. In: PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucía (Orgs.). Políticas Públicas de Segurança e Práticas Policiais no Brasil. Niterói: EDUFF, 2009.

_____. Quando a Polícia vai à Faculdade: “inclusão social” ou “choque cultural”? Porto Alegre: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015.

_____. “*De sol a sol*”: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e a Segurança Pública na “*cidade maravilhosa*”. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.